



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Protocolo Nº 2023.05.19.3432  
Data emissão: 19.05.2023  
Hora: 11:34  
Responsável: Antônio  
Câmara M. Três Barras PR

PROJETO DE LEI Nº 2478/2023

Data 17/05/2023

**SÚMULA.** Altera o inciso V do artigo 31, e o § 1º do artigo 35 da Lei Municipal nº 2453, de 21/03/2023, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.

**Art. 1º.** O inciso V do artigo 31 da Lei Municipal nº 2453, de 21/03/2023, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, segundo Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, bem como, reconhece e valida o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, passa a ter seguinte redação:

“.....**Art. 31. (...)**  
V – possuir ensino médio completo;”

**Art. 2º.** O § 1º do artigo 35 da Lei Municipal nº 2453, de 21/03/2023, passa a ter a seguinte redação.

“.....**Art. 35. (...)**  
§ 1º Os Conselheiros Tutelares serão remunerados com subsídios. O subsídio que cada conselheiro receberá será de 2,0 (dois) salários mínimos do Município mensais, sendo reajustados na data base de reajustes dos servidores do quadro efetivo do Município.”

**Art. 3º.** Ratificam-se as demais disposições da Lei Municipal nº 2453, de 21/03/2023.

**Art. 4º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 17 de maio de 2023.

  
**GERSO FRANCISCO GUSSO**  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

**JUSTIFICATIVA**

**PROJETO DE LEI Nº 2478/2023**

Visa o presente Projeto de Lei alterar o item V do artigo 31, e o § 1º do artigo 35 da Lei Municipal nº 2453 datado de 21/03/2023.

Ocorre que, a exemplo de vários Municípios, entre os quais Cascavel, a exigência da escolaridade era para melhorar o desempenho dos conselheiros.

Coincidentemente no dia em que o Projeto de Lei que deu origem a Lei foi votado, o Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Nunes Marques, decidiu a inconstitucionalidade na exigência em diploma de curso superior para que uma pessoa concorra à função de conselheiro tutelar (RE 1278198).

Para que no futuro não seja contestado a eleição do Conselho Tutelar é que está sendo mudada a legislação, objeto deste Projeto de Lei.

Assim que a legislação for alterada será também adequado ao Edital da Eleição já publicado.

Anexamos cópia do Of. nº 294/2023 do Ministério Público do Estado do Paraná.

Em virtude da necessidade de serem publicados os atos complementares, em especial o Edital de convocação da eleição, solicitamos que este Projeto de Lei, seja analisado e votado no **regime de urgência urgentíssima**.

Diante do exposto, esperamos que este Projeto de Lei, seja aprovado em sua totalidade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 17 de maio de 2023.

  
**GERSO FRANCISCO GUSSO**  
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

Of.nº. 206/2023

Três Barras do Paraná, em 17 de maio de 2023.

Exmo. Senhor  
Antenor Carlos da Motta  
MD. Presidente da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná

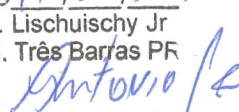
Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de encaminhar para que seja analisado e votado, o Projeto de Lei nº 2478/2023, que altera o item V do artigo 31, e o § 1º do artigo 35 da Lei Municipal nº 2453 datado de 21/03/2023.

Limitando ao exposto, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

  
**GERSO FRANCISCO GUSSO**  
Prefeito Municipal

RECEBIDO 19/05/2023  
Antônio A. Lischuischy Jr  
Câmara M. Três Barras PR  




# Ministério Público do Estado do Paraná

*PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CATANDUVAS - PR*

**Ofício n.º 294/2023**

**Catanduvras, 15 de maio de 2023**

Ref.: MPPR-0032.23.000079-9 (consigna-se que na eventual resposta seja mencionada essa numeração) – **favor confirmar o recebimento do ofício**

**Ilustríssimo Senhor**

A fim de instruir procedimento em trâmite na Promotoria de Justiça de Catanduvras, informo sobre a **imediata** necessidade de alteração no edital 001/2023 e outros documentos correlacionados, inclusive legislação municipal, consistente na supressão da exigência de conclusão do ensino superior pelo candidato ou que esteja cursando ensino superior, uma vez que o Ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Nunes Marques decidiu no dia 20/03/2023 ser inconstitucional exigir diploma de curso superior para que uma pessoa concorra à função em conselho tutelar (RE 1278198).

Concedo o prazo de 10 (dez) dias para resposta, requisitando, ainda, que sejam enviados a esta Promotoria de Justiça os documentos comprobatórios acerca da alteração e comunicação à população, bem como cópia do calendário oficial utilizado.

Por oportuno, renovo protesto de estima e distinta consideração.

JULYETH ALAMINI  
DOS  
SANTOS:072915209  
08

Assinado de forma digital  
por JULYETH ALAMINI DOS  
SANTOS:07291520908  
Dados: 2023.05.15 18:04:04  
+03'00'

**JUYETH ALAMINI DOS SANTOS**

**Promotora de Justiça**

Ilmo. Senhor

**GERSO FRANCISCO GUSO**

[gabinete@tresbarras.pr.gov.br](mailto:gabinete@tresbarras.pr.gov.br)

Três Barras do Paraná – PR

**Re: Comunicado do procedimento nº 0032.23.000245-6**



**De** Gabinete do Prefeito <gabinete@tresbarras.pr.gov.br>

**Para** <catanduvas.prom@mppr.mp.br>

**Data** 2023-05-16 11:50

Ofício 205-2023.pdf(~823 KB)

Bom dia!

Em atendimento ao solicitado segue nossa resposta em anexo.

✉ Favor confirmar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

---

GABINETE DO PREFEITO

GERSO FRANCISCO GUSSO

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ - PR.

45-32351212

Em 2023-05-05 16:15, mppr.apps@mppr.mp.br escreveu:

Documento enviado pelo Ministério Público do Paraná referente ao  
procedimento nº 0032.23.000245-6 (sequencial 8)



## CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER NO PROJETO DE LEI N.º 2478/2023 DO EXECUTIVO MUNICIPAL

A Comissão de “JUSTIÇA E REDAÇÃO”, composta pelos vereadores: **ANDRÉIA PEREIRA, IVONE B. BRANDT e LEANDRO M. SALLA**, reuniram-se em data de 22/05/2023 para estudar o **PROJETO DE LEI N.º 2478/2023** do Executivo Municipal e dar o **PARECER**.

Após minucioso estudo do referido Projeto, analisado nos diversos aspectos de competência desta Comissão, chegamos à conclusão que o referido **PROJETO DE LEI** merece, por parte desta Comissão, sua **APROVAÇÃO**.

#### É O PARECER

Sala das Comissões da Câmara Municipal, aos 22 de maio de 2023.

**ANDRÉIA PEREIRA**  
Presidente

**IVONE B. BRANDT**  
Secretária

**LEANDRO M. SALLA**  
Membro





## **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

**PARECER NO PROJETO DE LEI N.º 2478/2023 DO EXECUTIVO MUNICIPAL**


A Comissão de “**FINANÇAS E ORÇAMENTOS**”, composta pelos vereadores: **DIRCEU DUARTE, LEANDRO M. SALLA e TATIANE R. ZANCHETA**, reuniram-se em data de 22/05/2023 para estudar o **PROJETO DE LEI N.º 2478/2023** do Executivo Municipal e dar o **PARECER**.

Após minucioso estudo do referido Projeto, analisado nos diversos aspectos de competência desta Comissão, chegamos à conclusão que o referido **PROJETO DE LEI** merece, por parte desta Comissão, sua **APROVAÇÃO**.

#### **É O PARECER**

Sala das Comissões da Câmara Municipal, aos 22 de maio de 2023.

**DIRCEU DUARTE**  
Presidente

  
**LEANDRO M. SALLA**  
Secretário

**TATIANE R. ZANCHETA**  
Membro



## **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**


#### **PARECER NO PROJETO DE LEI N.º 2478/2023 DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

A Comissão de “**EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**”, composta pelos vereadores: **IVONE B. BRANDT, DIRCEU DUARTE e KAINAN MAXOEL DA SILVA**, reuniram-se em data de 22/05/2023 para estudar o **PROJETO DE LEI N.º 2478/2023** do Executivo Municipal e dar o **PARECER**.

Após minucioso estudo do referido Projeto, analisado nos diversos aspectos de competência desta Comissão, chegamos à conclusão que o referido **PROJETO DE LEI** merece, por parte desta Comissão, sua **APROVAÇÃO**.

#### **É O PARECER**

Sala das Comissões da Câmara Municipal, aos 22 de maio de 2023.

  
**IVONE B. BRANDT**  
Presidente

**DIRCEU DUARTE**  
Secretário

**KAINAN MAXOEL DA SILVA**  
Membro